

caderno do  
**PROFESSOR**

# FILOSOFIA



ensino médio  
**1ª SÉRIE**  
volume 3 - 2009



## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador  
**José Serra**

Vice-Governador  
**Alberto Goldman**

Secretário da Educação  
**Paulo Renato Souza**

Secretário-Adjunto  
**Guilherme Bueno de Camargo**

Chefe de Gabinete  
**Fernando Padula**

Coordenadora de Estudos e Normas  
Pedagógicas  
**Valéria de Souza**

Coordenador de Ensino da Região  
Metropolitana da Grande São Paulo  
**José Benedito de Oliveira**

Coordenador de Ensino do Interior  
**Rubens Antonio Mandetta**

Presidente da Fundação para o  
Desenvolvimento da Educação – FDE  
**Fábio Bonini Simões de Lima**

### EXECUÇÃO

Coordenação Geral  
**Maria Inês Fini**

Concepção  
Guiomar Namó de Mello  
Lino de Macedo  
Luís Carlos de Menezes  
Maria Inês Fini  
Ruy Berger

### GESTÃO

Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Presidente do Conselho Curador:  
Antonio Rafael Namur Muscat

Presidente da Diretoria Executiva:  
Mauro Zilbovicius

Diretor de Gestão de Tecnologias  
aplicadas à Educação:  
Guilherme Ary Plonski

Coordenadoras Executivas de Projetos:  
Beatriz Scavazza e Angela Sprenger

### COORDENAÇÃO TÉCNICA

CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas  
Pedagógicas

### Coordenação do Desenvolvimento dos Conteúdos Programáticos e dos Cadernos dos Professores

Ghisleine Trigo Silveira

#### AUTORES

##### Ciências Humanas e suas Tecnologias

Filosofia: Paulo Miceli, Luiza Christov, Adilton  
Luís Martins e Renê José Trentin Silveira

Geografia: Angela Corrêa da Silva, Jaime  
Tadeu Oliva, Raul Borges Guimarães, Regina  
Araujo, Regina Célia Bega dos Santos e  
Sérgio Adas

História: Paulo Miceli, Diego López Silva,  
Glaydson José da Silva, Mônica Lungov Bugelli e  
Raquel dos Santos Funari

Sociologia: Heloisa Helena Teixeira de Souza  
Martins, Marcelo Santos Masset Lacombe,  
Melissa de Mattos Pimenta e Stella Christina  
Schrijnemaekers

##### Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Biologia: Ghisleine Trigo Silveira, Fabiola Bovo  
Mendonça, Felipe Bandoni de Oliveira, Lucilene  
Aparecida Esperante Limp, Maria Augusta  
Querubim Rodrigues Pereira, Olga Aguiar  
Santana, Paulo Roberto da Cunha, Rodrigo  
Venturoso Mendes da Silveira e Solange Soares  
de Camargo

Ciências: Ghisleine Trigo Silveira, Cristina  
Leite, João Carlos Miguel Tomaz Micheletti Neto,  
Julio César Foschini Lisbôa, Lucilene Aparecida  
Esperante Limp, Maíra Batistoni e Silva, Maria  
Augusta Querubim Rodrigues Pereira, Paulo  
Rogério Miranda Correia, Renata Alves Ribeiro,  
Ricardo Rechi Aguiar, Rosana dos Santos Jordão,  
Simone Jaconetti Ydi e Yassuko Hosoume

Física: Luis Carlos de Menezes,  
Estevam Rouxinol, Guilherme Brockington,  
Ivã Gurgel, Luís Paulo de Carvalho Piassi, Marcelo  
de Carvalho Bonetti, Maurício Pietrocola Pinto  
de Oliveira, Maxwell Roger da Purificação Siqueira,  
Sonia Salem e Yassuko Hosoume

Química: Maria Eunice Ribeiro Marcondes  
Denilse Morais Zambom, Fábio Luiz de Souza,  
Hebe Ribeiro da Cruz Peixoto, Isis Valença de  
Sousa Santos, Luciane Hiromi Akahoshi, Maria  
Fernanda Penteado Lamas e Yvone  
Mussa Esperidião

##### Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Arte: Gisa Picosque, Mirian Celeste Martins,  
Geraldo de Oliveira Suzigan, Jéssica Mami Makino  
e Sayonara Pereira

Educação Física: Adalberto dos Santos Souza,  
Jocimar Daolio, Luciana Venâncio, Luiz Sanches  
Neto, Mauro Betti e Sérgio Roberto Silveira

LEM – Inglês: Adriana Ranelli Weigel Borges, Alzira  
da Silva Shimoura, Lívia de Araújo Donnini Rodrigues,  
Priscila Mayumi Hayama e Sueli Salles Fidalgo

Língua Portuguesa: Alice Vieira, Débora Mallet  
Pezarim de Angelo, Eliane Aparecida de Aguiar,  
José Luís Marques López Landeira e João Henrique  
Nogueira Mateos

##### Matemática

Matemática: Nilson José Machado, Carlos  
Eduardo de Souza Campos Granja, José Luiz Pastore  
Mello, Roberto Perides Moisés, Rogério Ferreira da  
Fonseca, Ruy César Pietropaolo e Walter Spinelli

##### Caderno do Gestor

Lino de Macedo, Maria Eliza Fini e Zuleika de Felice  
Murrie

##### Equipe de Produção

Coordenação Executiva: Beatriz Scavazza

Assessores: Alex Barros, Beatriz Blay, Carla de  
Meira Leite, Eliane Yambanis, Heloisa Amaral Dias  
de Oliveira, José Carlos Augusto, Luiza Christov,  
Maria Eloisa Pires Tavares, Paulo Eduardo Mendes,  
Paulo Roberto da Cunha, Pepita Prata, Renata Elsa  
Stark, Solange Wagner Locatelli e Vanessa Dias  
Moretti

##### Equipe Editorial

Coordenação Executiva: Angela Sprenger

Assessores: Denise Blanes e Luis Márcio Barbosa

Projeto Editorial: Zuleika de Felice Murrie

Edição e Produção Editorial: Conexão Editorial,  
Buscato Informação Corporativa, Verba Editorial,  
Adesign e Occy Design (projeto gráfico)

##### APOIO

FDE – Fundação para o Desenvolvimento da  
Educação

##### CTP, Impressão e Acabamento

Esdeva Indústria Gráfica

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo autoriza a reprodução do conteúdo do material de sua titularidade pelas demais secretarias de educação do país, desde que mantida a integridade da obra e dos créditos, ressaltando que direitos autorais protegidos\* deverão ser diretamente negociados com seus próprios titulares, sob pena de infração aos artigos da Lei nº 9.610/98.

\* Constituem "direitos autorais protegidos" todas e quaisquer obras de terceiros reproduzidas no material da SEE-SP que não estejam em domínio público nos termos do artigo 41 da Lei de Direitos Autorais.

Catálogo na Fonte: Centro de Referência em Educação Mario Covas

São Paulo (Estado) Secretaria da Educação.

S239c Caderno do professor: filosofia, ensino médio - 1ª série, volume 3 /  
Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; equipe, Adilton  
Luís Martins, Luiza Christov, Paulo Miceli. – São Paulo: SEE, 2009.

ISBN 978-85-7849-326-4

1. Filosofia 2. Ensino Médio 3. Estudo e ensino I. Fini, Maria Inês. II. Martins,  
Adilton Luís. III. Christov, Luiza. IV. Miceli, Paulo. V. Título.

CDU: 373.5:101

Caras professoras e caros professores,

Tenho a grata satisfação de entregar-lhes o volume 3 dos Cadernos do Professor.

Vocês constatarão que as excelentes críticas e sugestões recebidas dos profissionais da rede estão incorporadas ao novo texto do currículo. A partir dessas mesmas sugestões, também organizamos e produzimos os Cadernos do Aluno.

Recebemos informações constantes acerca do grande esforço que tem caracterizado as ações de professoras, professores e especialistas de nossa rede para promover mais aprendizagem aos alunos.

A equipe da Secretaria segue muito motivada para apoiá-los, mobilizando todos os recursos possíveis para garantir-lhes melhores condições de trabalho.

Contamos mais uma vez com a colaboração de vocês.

**Paulo Renato Souza**

Secretário da Educação do Estado de São Paulo

# SUMÁRIO

<b>São Paulo faz escola – Uma Proposta Curricular para o Estado</b>	<b>5</b>
<b>Ficha do Caderno</b>	<b>7</b>
<b>Orientação sobre os conteúdos do Caderno</b>	<b>8</b>
<b>Situações de Aprendizagem</b>	<b>9</b>
Situação de Aprendizagem 1 – O Estado	9
Situação de Aprendizagem 2 – O Estado, os Poderes e as Leis	17
Situação de Aprendizagem 3 – Dois modelos de Estado: Liberal e Anarquista	25
Situação de Aprendizagem 4 – Capitalismo segundo Marx	32

# SÃO PAULO FAZ ESCOLA – UMA PROPOSTA CURRICULAR PARA O ESTADO

Prezado(a) professor(a),

É com muita satisfação que lhe entregamos mais um volume dos Cadernos do Professor, parte integrante da Proposta Curricular de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental – Ciclo II e do Ensino Médio do Estado de São Paulo. É sempre oportuno lembrar que esta é a nova versão, que traz também a sua autoria, uma vez que inclui as sugestões e críticas recebidas após a implantação da Proposta.

É também necessário lembrar que os Cadernos do Professor espelharam-se, de forma objetiva, na Base Curricular, referência comum a todas as escolas da rede estadual, e deram origem à produção dos Cadernos dos Alunos, justa reivindicação de professores, pais e famílias para que nossas crianças e jovens possuíssem registros acadêmicos pessoais mais organizados e para que o tempo de trabalho em sala de aula pudesse ser melhor aproveitado.

Já temos as primeiras notícias sobre o sucesso do uso dos dois Cadernos em sala de aula. Este mérito é, sem dúvida, de todos os profissionais da nossa rede, especialmente seu, professor!

O objetivo dos Cadernos sempre será o de apoiar os professores em suas práticas de sala de aula. Podemos dizer que este objetivo está sendo alcançado, porque os professores da rede pública do Estado de São Paulo fizeram dos Cadernos um instrumento pedagógico com bons resultados.

Ao entregar a você estes novos volumes, reiteramos nossa confiança no seu trabalho e contamos mais uma vez com seu entusiasmo e dedicação para que todas as crianças e jovens da nossa rede possam ter acesso a uma educação básica de qualidade cada vez maior.

**Maria Inês Fini**

Coordenadora Geral  
Projeto São Paulo Faz Escola



# FICHA DO CADERNO

**Nome da disciplina:** Filosofia

**Área:** Ciências Humanas e suas Tecnologias

**Etapa da educação básica:** Ensino Médio

**Série:** 1<sup>a</sup>

**Volume:** 3

**Temas e conteúdos:** Filosofia Política

## **ORIENTAÇÃO SOBRE OS CONTEÚDOS DO CADERNO**

Prezado Professor,

A proposta deste Caderno é relacionar vida cotidiana, filosofia política e reflexão crítica. Para tratar da principal questão que alicerça este texto – refletir sobre a existência e as funções do Estado – foram desenvolvidas algumas Situações de Aprendizagem, assentadas em discussões relativas às situações cotidianas, consideradas com base em alguns pressupostos da Teoria Política.

Na Situação de Aprendizagem 1, há um debate sobre o servidor público, entendido como presença cotidiana do Estado, seguido de análises sobre a diferença entre as concepções organicista e contratualista do Estado. A Situação de Aprendizagem 2 tratará de temas relacionados aos três poderes, ao estabelecimento das leis e ao seu cumprimento. Por meio dessa temática, pretendemos observar os limites das autoridades e a vida anômica.

A Situação de Aprendizagem 3 envolve discussões sobre a teoria liberal de Estado, a

servidão voluntária, a desigualdade social e a crítica ao Estado moderno a partir do anarquismo. Enfim, a Situação de Aprendizagem 4 discutirá o capitalismo segundo Marx.

Para que esse trajeto seja viável, os Cadernos continuam a oferecer materiais baseados em exercícios de reflexão constante e que visam levar aos estudantes ideias filosóficas, apresentadas em linguagem acessível, sempre considerando a pluralidade cultural e econômica que os caracteriza. Além disso, quando necessário, indicamos as habilidades e competências que devem ser contempladas no processo de avaliação.

### **Conhecimentos priorizados**

Nossa prioridade é refletir sobre a existência e as funções do Estado. É importante levar os alunos a problematizar as ações estatais, relacionando-as à sua vida, em particular, e à vida da sociedade, como um todo.



# SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM

## SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1 O ESTADO

O objetivo desta Situação de Aprendizagem é introduzir o debate sobre a noção de Estado. Para isso, você pode começar a sensibilizar os alunos a partir de uma discussão sobre o servidor público, com a finalidade de mostrar-lhes a importância e a presença do Estado na vida cotidiana.

Em seguida, faz-se a apresentação da concepção organicista de Estado, que será apresentada com base em uma reflexão sobre Platão, de onde seguiremos para o tema final, que tratará de *Leviatã*, de Hobbes, e da noção contratualista de Estado.

**Tempo previsto:** 4 aulas.

**Conteúdos e temas:** Platão e a concepção organicista de Estado; Hobbes e a concepção contratualista de Estado.

**Competências e habilidades:** almeja-se dar aos educandos a possibilidade do exercício da reflexão crítica para pensar o conceito de Estado.

**Estratégias:** aulas expositivas e exercícios de reflexão e leitura.

**Recursos:** textos para leitura.

**Avaliação:** como toda a tarefa é realizada em sala de aula, a observação e as anotações a respeito da participação são fundamentais. A correção dos exercícios e a organização do Caderno do Aluno são essenciais para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Ao final desta Situação de Aprendizagem, há mais detalhes a respeito.

### Sondagem e sensibilização

#### Ouvir e dialogar – Do servidor público ao Estado

Você poderá realizar uma sondagem sobre o tema a partir de questões como: *O que é um servidor público? Vocês já presenciaram ou já foram atendidos por funcionários públicos em diferentes lugares? Como foi esse atendimento? A escola é um lugar no qual vocês se relacionam com funcionários públicos. O que deve ser aprimorado nesse relacionamento?*

Dependendo do relacionamento dos alunos com os funcionários da escola, é importante que você, professor, esteja preparado para orientar a turma em caso de explicitação de conflito. É uma oportunidade para a reflexão sobre a importância da escuta e da solicitação de relacionamento respeitoso de ambas as partes: alunos e funcionários.

Sugerimos ainda que relacione o serviço público e o Estado apresentando à classe um edital de concurso público para qualquer área ou função, em que constem vagas para as quais os postulantes devem ter concluído o

Ensino Médio. Você explicará como é o *status* do servidor público, as garantias, os deveres e benefícios. Esclareça como é feita a seleção dos servidores, ou melhor, os critérios do edital, que é uma forma de incentivar o próprio exercício do estudo. Não se esqueça da sua própria experiência no serviço público, como professor, na hora de dialogar com os alunos. Como exemplo de espaços nos quais somos atendidos por funcionários públicos temos:

- ▶ posto de saúde – enfermeiros, médicos, zeladores;
- ▶ delegacia – policiais, investigadores, delegados;
- ▶ escola – diretores, professores, secretários;
- ▶ Petrobras – engenheiros químicos, geógrafos, motoristas.

No Brasil, há uma discussão sobre as privatizações e uma crítica generalizada à qualidade do serviço prestado pelas instituições públicas. Incentive os alunos a refletir sobre esse e outros temas ligados ao Estado, como o nepotismo, a corrupção, o interesse econômi-

co de grandes grupos financeiros e industriais, interferindo na atuação do Estado etc.

A sondagem inicial deve ser entendida como uma introdução ao assunto, para que, ao término da atividade, os estudantes tenham condições de fazer uma reflexão mais completa a respeito do Estado. Com base no seu conhecimento e nas experiências dos alunos, cria-se uma situação propícia ao diálogo reflexivo, necessária ao aprofundamento posterior da questão, apoiado em textos filosóficos, analisados sob sua orientação.

### **Dialogar – Várias formas de pensar o Estado – O Estado precede o indivíduo**

Para esta aula, tenha em mãos uma biografia de Platão e o conceito de cidade-Estado, relacionado especialmente à experiência de Atenas.

O Caderno do Aluno contempla a leitura do texto seguinte.

De forma resumida, podemos dizer que a sociedade grega do século IV a.C., em que Platão vivia, era dividida entre homens livres proprietários de terras, homens livres artesãos e sem propriedades agrícolas, e escravos (pessoas que, por não terem como pagar suas dívidas, acabavam se tornando escravas de seus credores, ou estrangeiros derrotados nas guerras que, tendo suas vidas poupadas pelos vencedores, entregavam-nas a eles). A principal determinação das condições sociais provinha da relação com a propriedade de terras no momento do nascimento. Os proprietários de terra eram considerados livres e cidadãos, isto é, com direitos políticos.

Na Grécia Antiga<sup>1</sup>, havia uma concepção de democracia específica e que apresentava algumas diferenças em relação à concepção que conhecemos no século XXI. Democracia significava o poder do povo, tal como entendemos hoje, porém, na Antiguidade Grega, constituíam o povo apenas os proprietários de terra e os grandes comerciantes em algumas cidades-Estado. E foi contra isso que Platão dirigiu seu pensamento, propondo repensar a política de forma que o poder não fosse dado pelo nascimento e que, em vez da manutenção da corrupção, fosse praticada a justiça.

Para Platão, assim como o homem tem uma alma dividida em três partes, a cidade também deveria ser tripartida, conforme funções bem definidas, para as quais os indivíduos fossem escolhidos pelas suas capacidades, surgidas no processo de educação. Segundo o filósofo, as três partes da alma eram as seguintes:

1. **Parte racional:** responsável pelo uso da razão dos homens.
2. **Partes irracionais:**
  - a) **irascível:** responsável pelos impulsos e afetos.
  - b) **concupiscente:** responsável pelas necessidades básicas.

Comparando a alma à cidade, Platão produziu um pensamento organicista, isto é, procurou entender a política e a sociedade como se fossem organismos vivos. Quanto às funções específicas de cada parte da alma e sua equivalência com a organização da cidade, é possível apresentá-las de forma esquematizada:

Partes da alma	Função	Classes da cidade	Função
<b>Racional</b>	Responsável pelo uso da razão.	Magistrados e governantes.	Responsáveis por governar com sabedoria.
<b>Irracional/irascível</b>	Responsável pelos impulsos e afetos.	Guerreiros.	Responsáveis por proteger a cidade com fortaleza.
<b>Irracional/concupiscente</b>	Responsável pelas necessidades básicas.	Artesãos, agricultores e comerciantes.	Responsáveis por prover as necessidades da cidade com temperança.

As classes sociais irracionais, ainda que constituíssem a maioria da população, deveriam submeter-se à classe social racional, o menor grupo. Nesse sentido, tornava-se imperativo rejeitar a vontade individual por um bem maior, de natureza política. O Estado, então, seria o responsável para que tudo ocorresse de maneira saudável, respondendo pela organização da sociedade.

Os magistrados (juízes) e os governantes seriam escolhidos para esses cargos segundo sua capacidade racional e sua sabedoria. Os guerreiros seriam encontrados entre os que tinham coragem e força. Finalmente, os trabalhadores gerais estariam entre as pessoas temperantes, isto é, moderadas, que refreiam os próprios desejos.

Cada classe seria constituída por meio da educação e não mais – como se fazia na prática – pelo nascimento. Platão observou que os ricos se mantinham ricos e poderosos, pois podiam pagar pela educação oferecida pelos sofistas, filósofos que prestavam serviços remunerados como professores, para parecerem sábios e conseguirem seus altos cargos, independentemente de ser ou não sábios.

<sup>1</sup> A Grécia Antiga constituiu-se por cidades-Estado autogovernadas e autônomas. Nem todas instauraram a democracia nesse período, Atenas destacou-se pelo desenvolvimento da democracia, entretanto, cidades como Esparta não se organizavam democraticamente.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

Após a leitura, os alunos poderão responder individualmente às seguintes questões:

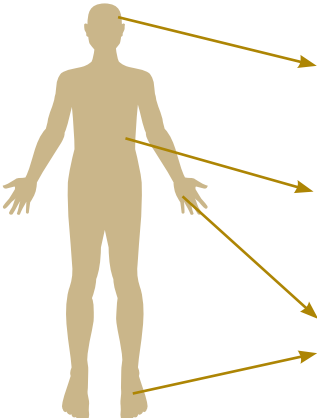
- ▶ Qual a diferença entre o entendimento que temos hoje da palavra democracia e o entendimento desta mesma palavra na Antiguidade Grega à época de Platão?
- ▶ Qual o papel da propriedade de terras e bens materiais para o tipo de Estado que se organiza na Grécia à época de Platão?
- ▶ Qual era a classe que deveria governar a cidade, segundo Platão? Por quê?

### Problematizando

Algumas das principais críticas à ideia de pensar a vida política ou social como um corpo – ou, no caso de Platão, como uma alma – podem vir da constatação de que os indivíduos não conse-

guem assumir outra condição social vivendo em uma espécie de desigualdade natural.

O quadro a seguir é uma sugestão de atividade que permite refletir sobre a cidade ideal de Platão e como a nossa cidade é.

Alma/cidade	Cidade ideal de Platão	Nossa cidade como é
	Cabeça/razão: governantes e juízes sábios.	Quem detém o poder?
	Tronco/coragem: soldados e guardas corajosos.	Quem defende a cidade?
	Membros/temperança: artesãos, comerciantes e agricultores.	Quem sacia as necessidades da cidade?

Para Platão, por meio da educação, seria possível fornecer à cidade os melhores funcionários, evitando-se, assim, a corrupção. Os governantes estariam a serviço de todos, os soldados defenderiam as pessoas e todos trabalhariam com honestidade e qualidade.

A partir do exposto, os alunos poderão realizar um debate sobre a sociedade por

meio das questões apresentadas a seguir. Neste caso é de fundamental importância a sua participação na organização e orientação, no sentido de problematizar as respostas fáceis e aparentemente óbvias. Outra sugestão é a realização de uma pesquisa, por parte dos alunos, sobre o funcionamento do Estado em seu município a partir das reflexões sobre o Estado na Grécia Antiga.

#### Apresentamos orientações para a pesquisa.

- ▶ Tema: *Funcionamento do Estado no município de...*
- ▶ Período: *momento atual.*
- ▶ Fontes de informação: *jornais on-line ou impressos; revistas sobre a realidade municipal atual; sites com dados sobre municípios brasileiros como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> ou como o da Agência Brasil, disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br>>, no qual você pode encontrar diversas informações sobre a realidade dos municípios brasileiros. Os alunos poderão entrevistar professores ou demais moradores que ajudem a responder às perguntas desta pesquisa.*

**Perguntas que orientam a pesquisa:**

1. Como se dá a participação do Estado em nosso município?
2. Quais os principais desafios do nosso município?
3. Como os cidadãos participam das soluções relativas a esses desafios?
4. Como a escola prepara os estudantes para compreender e colaborar com propostas para enfrentamento dos desafios citados?

Após a realização da pesquisa os alunos terão condições de responder:

- ▶ Qual é o desempenho da educação em nossa cidade? Ela é capaz de oferecer à sociedade pessoas críticas e preparadas para o exercício democrático?
- ▶ Nossos governantes são sábios? Por quê?

**Ler – *Leviatã***

Para estas aulas, será importante ter em mãos uma pequena biografia de Thomas Hobbes. O presente conteúdo poderá ser dividido em duas aulas, conforme as respostas dadas pelos alunos às questões apresentadas na sequência do texto.

**O pacto social**

Para Hobbes, existem dois bens fundamentais: o primeiro consiste na vida e sua conservação, e o segundo afirma que todos os valores são convencionais, isto é, não existem valores naturais; tudo é convenção social.

Da conservação da vida deriva uma coluna central: o egoísmo; e da ideia de que não há valores naturais cria-se a segunda coluna: tudo pode ser convencionalizado. São essas duas colunas que sustentam toda a política.

Diferentemente dos animais, os homens determinam o que pertence a cada indivíduo, experimentam ciúmes, ódios, invejas e toda espécie de rivalidade. Além disso, observam os defeitos dos outros, usam palavras, criticam-se uns aos outros e, para chegar a algum consenso, precisam inventar normas.

Devido ao egoísmo, todos os homens lutam contra todos, ou – conforme a máxima que Hobbes extraiu de Plauto – “o homem é o lobo do homem”. Essa citação indica a ideia de que, na natureza, os seres humanos estão sempre em guerra com eles mesmos. No entanto, se os homens vivem em guerra constante, cada um sobrevive com risco de perder a própria vida.

**Como evitar a guerra de todos contra todos?**

Para Hobbes, a guerra de todos contra todos, além de pôr em risco o bem primário da vida, destrói tudo o que o homem constrói. A solução dada pelo filósofo consiste no uso de alguns instintos, para evitar a guerra, e da razão, como instrumento para realizar a vida. Pelo uso da razão, é possível descobrir as leis gerais para proteger a vida, a chamada Lei da Natureza.

Hobbes enumerou 19 leis naturais. Essas leis são consideradas naturais porque derivam do uso direto da razão. As três primeiras são centrais, e podem ser assim resumidas:

1. Todos devem se esforçar pela paz.
2. Renunciar ao direito de fazer tudo o que se quiser, para fazer apenas aquilo que se quer que os outros nos façam.
3. Manter os acordos feitos; essa é a verdadeira justiça.

- As outras leis derivam dessas três primeiras, correspondendo, resumidamente, ao seguinte:
4. Retribuir todo o bem que fazem a você; essa é a verdadeira gratidão.
  5. Adaptar-se aos outros é a única forma de construir a paz; cada um é um tijolo nessa construção.
  6. Perdoar os arrependidos, porque o perdão é a garantia da paz.
  7. Quando alguém faz um mal, a punição deve ser pensada em vista do futuro, e não apenas como vingança por algo que aconteceu no passado.
  8. Não declarar ou demonstrar seu ódio ou desprezo pelo outros, porque todos são iguais.
  9. Reconhecer a igualdade dos outros.
  10. Os direitos a que cada um aspira devem ser concedidos aos outros. Afinal, quem quer ter menos direitos?
  11. Quando necessitar julgar algum assunto, trate todas as partes com igualdade.
  12. As coisas em comum devem ser usadas igualmente.
  13. O que não pode ser dividido deve ser sorteado.
  14. Os primogênitos têm o privilégio sobre as coisas que não podem ser divididas.
  15. Quem media a paz não pode ser preso ou subjugado (salvo-conduto).
  16. Em caso de conflito, procure um juiz.
  17. Ninguém pode ser juiz em causa própria.
  18. Ninguém pode ser juiz quando seus interesses estão em jogo.
  19. O juiz deve ouvir o maior número possível de testemunhas.

Resumo dos capítulos XIV e XV de: HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução João P. Monteiro e Maria B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Pensadores).

Além da leitura das leis naturais apresentadas por Hobbes, é importante o estudo do texto *O poder soberano*, desse mesmo autor, para compreender o papel do Estado na

preservação da paz entre os homens. Após as leituras, oriente os alunos sobre as questões do exercício de reflexão.

### O poder soberano

“A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. O que equivale a dizer: designar um homem ou uma assembleia de homens como representante de suas pessoas, considerando-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele que representa sua pessoa praticar ou levar a praticar, em tudo o que disser respeito à paz e segurança comuns; todos submetendo assim suas vontades

à vontade do representante, e suas decisões a sua decisão. Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: *Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações.* Feito isto, a multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim *civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e pela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência do Estado, a qual pode ser assim definida: *Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum.*

Aquele que é portador dessa pessoa se chama soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos. Este poder soberano pode ser adquirido de duas maneiras. Uma delas é a sarça natural, como quando um homem obriga seus filhos a submeterem-se, e a submeterem seus próprios filhos, a sua autoridade, na medida em que é capaz de destruí-los em caso de recusa. Ou como quando um homem sujeita através da guerra seus inimigos a sua vontade, concedendo-lhes a vida com essa condição. A outra é quando os homens concordam entre si em submeterem-se a um homem, ou a uma assembleia de homens, voluntariamente, com a esperança de serem protegidos por ele contra todos os outros. Este último pode ser chamado um Estado Político, ou um Estado por *instituição*. Ao primeiro pode chamar-se um Estado por *aquisição*. Vou em primeiro lugar referir-me ao Estado por *instituição*”.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução João P. Monteiro e Maria B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Cap. XVII. (Os Pensadores).

## Exercícios de reflexão

1. Considerando os argumentos apresentados por Hobbes no texto *O poder soberano*, responda:
  - a) Por que o poder soberano pode manter a paz segundo o pensamento de Hobbes?
  - b) Observando os Estados tais como se apresentam no mundo contemporâneo, qual a eficácia dos mesmos para manter a paz?

Em seguida, depois de propor a questão: *Qual é o poder criado para manter a paz?* peça que a respondam, usando as ideias do texto de

Hobbes. Posteriormente, problematize a resposta a respeito da eficácia do Estado no progresso pela paz. Eis um bom momento para um debate sobre a violência cotidiana, as guerras entre as nações e a repressão das manifestações sociais praticadas pelas ditaduras, por exemplo.

## Avaliação da Situação de Aprendizagem

Lembre-se de que a Situação de Aprendizagem foi concebida a partir das competências do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que, de forma resumida, exigem: o exercício da linguagem escrita e dialógica; a compreensão de fenômenos históricos, sociais, culturais e artísticos; a organização e interpretação de várias

áreas do conhecimentos para enfrentar problemas cotidianos; a construção de argumentos bem fundamentados; o desenvolvimento ético e solidário, considerando a alteridade.

### Propostas de Questões para Avaliação

1. Platão propõe uma reflexão política organicista, isto é, compara a sociedade a um organismo. Para ele, as pessoas deveriam executar funções segundo suas capacidades, para se evitar a corrupção. Explique essas funções, relacionando-as às virtudes correspondentes.

*Os alunos deverão apresentar as funções da cidade platônica, comparando-as à alma, e apresentar a ligação entre função e virtude.*

2. Escreva um texto, de 15 a 20 linhas, sobre a relação entre pacto social e Estado, segundo Hobbes.

*O aluno deve apresentar a ideia de que o Estado é um poder artificial, produzido no pacto social para garantir a paz almejada. A resposta será ainda melhor se o aluno apresentar argumentos relativos à guerra de todos contra todos.*

3. Assinale os motivos pelos quais os homens não conseguem a paz naturalmente e precisavam criar o Estado para produzi-la:
  - a) (X) Os seres humanos vivem competindo pela honra e pela dignidade, provocando inveja e ódio, que acabam em guerra.
  - b) ( ) Os seres humanos são como as formigas e as abelhas; eles sempre procuram o bem coletivo.

c) (X) Muitos seres humanos pensam que são melhores do que os outros.

d) ( ) Os seres humanos são capazes de dizer a verdade, doa a quem doer.

e) (X) Quando os seres humanos têm suas necessidades satisfeitas, ficam em paz e não procuram mais nada.

4. Nas frases a seguir, escreva **P** para as que se aproximam do pensamento de Platão e **H** para as que se aproximam do pensamento de Hobbes.

a) (H) *O homem é o lobo do homem*, porque todos eles vivem em guerra contra os outros. Todos querem tirar vantagem de todos.

b) (P) A cidade é como a alma; para cada função há uma virtude. Quando as pessoas não cumprem o seu papel social, a cidade não consegue realizar o seu objetivo, a felicidade de todos.

c) (P) O objetivo do Estado é o bem de todos. Ou seja, se o governo não consegue fazer o bem para todos, ele é corrupto. O primeiro sinal de corrupção, ou seja, da falta da vivência da virtude, é a injustiça social.

d) (H) O objetivo do Estado é a paz, porque os seres humanos por si só não conseguem alcançá-la, vivem em constante luta pelos interesses mesquinhos e egoístas.

e) (H) O pacto social é garantido pelo Estado, para que todos vivam em igualdade sob as mesmas leis.



## Proposta de Situação de Recuperação

Os alunos que não conseguiram alcançar os objetivos desta Situação de Aprendizagem devem ser conduzidos aos procedimentos de recuperação. Para isso, devem retomar as anotações do caderno, usando-as para discutir e caracterizar as formas de Estado organicista e contratualista. Como sugestão de atividades, peça que desenhem um corpo humano que corresponda à sociedade, definindo para cada membro fisiológico uma função social. Em seguida, problematize o desenho por meio da crítica à interpretação organicista, ou explique o contrato social e peça aos alunos que escrevam uma redação a respeito da relação entre autoridades e fim da violência.

## Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para a compreensão do tema

### Livros

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz

Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Texto filosófico fundamental para essas aulas.

PLATÃO. *Diálogos: a República*. Tradução Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1988. Texto filosófico fundamental para essas aulas.

### Sites

GONZAGA, Álvaro Luiz Travassos de Azevedo. *A justiça em Platão e a filosofia do direito*. Dissertação defendida na PUC de São Paulo. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=60164](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=60164)>. Acesso em: 17 jun. 2009.

POMPEU, Ana Maria César. *Aristóteles e Platão: a justiça na pólis*. Tese defendida na USP, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-02062004-124148/>> Acesso em: 17 jun. 2009.

SOUZA, Alexandre de Almeida. *Ação humana e emergência do estado de guerra em Hobbes*. Dissertação defendida na USP. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=429387](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=429387)>. Acesso em: 17 jun. 2009.

## SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 2 O ESTADO, OS PODERES E AS LEIS

O objetivo desta Situação de Aprendizagem é levar os alunos a refletir sobre os Três Poderes e a importância de se estabelecerem leis e garantir o seu cumprimento. Para isso, iniciaremos a discussão abordando os mecanismos sociais destinados a controlar os governantes, a partir da questão: Como fazer o controle? Você

poderá orientar os alunos a preparar um seminário, tomando por base documentos oficiais e analisando as funções de cada um dos poderes. Para encerrar, uma leitura sobre um fragmento de texto de Montesquieu deve encaminhar o aluno a uma produção escrita a respeito da importância das leis.

**Tempo previsto:** 4 aulas.

**Conteúdos e temas:** Montesquieu, as leis, separação dos poderes.

**Competências e habilidades:** aprofundar a compreensão sobre o conceito de Estado, analisando textos e desenvolvendo reflexões sobre poderes e leis a partir do enfoque filosófico.

**Estratégias:** aulas expositivas, seminário e exercícios de reflexão, escrita e leitura.

**Recursos:** texto para leitura.

**Avaliação:** como toda a tarefa é realizada em sala de aula, a observação e as anotações a respeito da participação oral são fundamentais. Além disso, a correção dos exercícios e a organização do Caderno do Aluno são essenciais para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

## Sondagem e sensibilização

### Dialogar – As leis

Para esta aula, será fundamental ter em mãos uma pequena biografia de Charles de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu.

Para iniciar, você poderá apresentar à turma as seguintes questões: *Como nós podemos fazer para que os governantes trabalhem segundo a Justiça? Quem vigia o governo? Quem observa os bastidores da administração pública?* Depois, apresente a eles as ideias centrais de Montesquieu, filósofo que contribuiu para a reflexão sobre os poderes, as leis e a organização dos Estados.

Muitos filósofos já refletiram sobre a origem da política. Por exemplo, como havia um estado de guerra universal, em que todos lutavam contra todos, instintiva e racionalmente (Hobbes e Locke), os homens fizeram um pacto e elegeram um soberano (monarquia) ou uma assembleia (aristocracia) para defender a manutenção desse contrato social.

Diferentemente de autores como Hobbes e Locke, Montesquieu preferiu pensar a vida

política inspirado na ciência, ou melhor, na análise empírica. Para ele, não havia uma lei universal, a não ser a razão, por meio da qual cada povo cria leis e normas, segundo as suas necessidades.

Em geral, ao longo da história, os povos estabeleceram três tipos de governo: o republicano, o monárquico e o despótico. Os governos se diferenciam em sua concepção, segundo a distribuição de poder ou soberania. O poder soberano, em uma república, é dividido por todos, ou por uma parte da sociedade. Nas monarquias, o poder está concentrado em uma única pessoa, que obedece a leis imutáveis. Sob o despotismo, o poder soberano está em uma só pessoa, que obedece apenas à sua própria vontade.

Cada um desses modelos de governo traz um princípio ético que lhe é essencial. Como é preciso escolher os representantes, em uma república o fundamental é a virtude, isto é, quanto mais qualidades melhor. Em uma monarquia é necessária a honra do monarca. O medo, por sua vez, constitui o princípio do despotismo; sem provocá-lo, não há como governar.

Observe o quadro a seguir:

Tipos de governo	A quem pertence a soberania	Princípio
Republicano	O poder soberano é dividido por todos, ou por uma parte da sociedade.	Virtude
Monárquico	O poder soberano está em uma só pessoa, que obedece a leis imutáveis.	Honra
Despótico	O poder soberano está em uma só pessoa, que obedece apenas à sua própria vontade.	Medo

No governo republicano, a virtude é fundamental, uma vez que ela elimina a corrupção proveniente das ambições pessoais. Sem a virtude, os que estão no poder retirarão do Estado todos os benefícios possíveis para si, e assim deixarão o Estado incapaz de cumprir a sua missão de dar uma vida digna aos cidadãos.

O benefício usurpado pelas autoridades significa menos saúde, menos educação e menos justiça para as pessoas mais pobres. Por isso, é fundamental que as autoridades sejam escolhidas por suas capacidades e pela vontade de cuidar do Estado, para que ele cuide das pessoas. Isso não significa a aparência de virtude, mas a virtude provada historicamente.

### Os Três Poderes

Além das formas de governo no Estado, há três poderes, segundo Montesquieu: o poder de legislar, o poder de executar e o poder de julgar. Em cada sociedade, esses três poderes são destinados a determinadas pessoas: no caso de um governo monárquico, cabe ao rei julgar e executar e ao parlamento legislar; quando se trata de um governo despótico, os três poderes são concentrados nas mãos do tirano; em um governo republicano, cabe à aristocracia ou ao povo dividir os poderes e eleger para quem irá a atribuição de cada um deles.

No Brasil, que é uma república, os Três Poderes são distribuídos da seguinte forma:

<b>Poder Executivo</b>	Presidência da República; governos de Estados e prefeituras.
<b>Poder Judiciário</b>	Tribunais de Justiça.
<b>Poder Legislativo</b>	Senado Federal, Câmara dos Deputados (federal), Assembleia Legislativa (estadual), Câmara dos Vereadores (municipal).

Em âmbito federal, os Três Poderes se relacionam sob o grande contrato ou pacto brasileiro que é a Constituição. Observe as funções dessas instituições.

Os textos a seguir são bastante informativos

sobre como interagem e quais são as funções das instituições que formam os Três Poderes. No Caderno do Aluno, eles aparecem associados à reflexão sobre Estado, poderes e leis, bem como informação para a realização de um seminário.

### **Supremo Tribunal Federal (Grupo 01)**

O Supremo Tribunal Federal é a última instância do Poder Judiciário brasileiro. Ele é composto por 11 ministros (juizes) escolhidos pelo Presidente da República entre brasileiros natos que tenham mais de 35 e menos 65 anos de idade. Os ministros do STF, após serem escolhidos pelo Presidente da República, passam pela aprovação do Senado Federal e, depois de empossados no cargo, desempenham suas funções até os 70 anos de idade.

O Presidente do STF é eleito entre os próprios ministros da Corte para um mandato de dois anos. Além de chefiar o Poder Judiciário nacional ele, geralmente, também é indicado pela Corte para presidir o Conselho Nacional de Justiça.

A principal atribuição do Supremo Tribunal Federal é a de guardião da Constituição Federal. Isso quer dizer que a Suprema Corte é a última trincheira do cidadão na busca da preservação de seus direitos e garantias previstos no texto constitucional, tais como: Direito a vida, saúde, liberdade, intimidade, políticos (votar e ser votado nas eleições) e sociais (trabalho, educação e segurança).

Para tanto, cabe a Suprema Corte analisar se as leis e normas - produzidas pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República, ou ainda pelos Governadores ou Assembleias estaduais, estão de acordo com a Constituição Federal ou se devem ser revogadas por contrariá-la.

Além de verificar a constitucionalidade das leis, o STF também é responsável pelo julgamento do Presidente da República e do Vice, dos Senadores e Deputados Federais, dos Ministros de Estado e outras autoridades, descritas na Constituição Federal, quando cometerem algum crime previsto nas leis penais.

Compete ainda ao Supremo, analisar os pedidos feitos por outros países para que o governo brasileiro entregue estrangeiros que cometeram crimes no exterior, para que sejam processados e cumpram a pena no local do crime. As ações que envolvem o Brasil e outros países também são julgadas pelo STF, bem como as ações entre um estado brasileiro e outro (exemplo: São Paulo x Paraná) ou entre um estado e o governo federal (São Paulo x União).

O STF também pode analisar, através de recurso, causas que tiveram o julgamento iniciado na primeira instância e que acabam chegando na Suprema Corte (última instância). Entretanto, para que o Supremo analise um recurso ele deve tratar de um tema que possua grande relevância social, econômica, política ou jurídica.

O prédio do Supremo Tribunal Federal, sede do Poder Judiciário brasileiro, localiza-se em Brasília – DF, na Praça dos Três Poderes, tendo à frente o Palácio do Planalto, sede do governo federal e, a sua esquerda, o Congresso Nacional representando o Poder Legislativo.

Texto elaborado pela Coordenadoria de Imprensa do Supremo Tribunal Federal. Mais informações disponíveis em: Constituição: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. STF: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>>.

### **Presidência da República (Grupo 02)**

#### **Atribuições**

Somente brasileiros natos e com idade mínima de 35 anos podem ocupar a Presidência da República. Além disso, precisam ser escolhidos, democraticamente, por meio de eleições diretas, conseguindo a maioria absoluta dos votos. A duração do mandato é de quatro anos, com única possibilidade de recondução, e início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Ao tomar posse no comando do Poder Executivo Federal, um dos três poderes do Estado, o Presidente se compromete a manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Embora, conceitualmente, o Poder Executivo faça executar as leis elaboradas pelo Poder Legislativo, o Presidente da República pode iniciar o processo legislativo. A Constituição permite que adote medidas provisórias em caso de relevância e urgência, proponha emendas à Constituição, projetos de leis complementares e ordinárias ou, ainda, leis delegadas. Da mesma forma que lhe atribui o direito de rejeitar ou sancionar matérias já aprovadas pelo Legislativo. [...]

São atribuições do Presidente da República, ainda, decretar intervenção federal nos Estados, o estado de defesa e o estado de sítio; manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. Compete ao cargo, também, a concessão de indulto e a comutação de penas, ou seja, substituir uma pena mais grave, imposta ao réu, por outra mais branda.

Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/presidente/atribuicoes>>. Acesso em: 22 jun. 2009.

### **Câmara dos Deputados (Grupo 03)**

#### **O papel da Câmara dos Deputados**

O Poder Legislativo cumpre papel imprescindível perante a sociedade do país, visto que desempenha três funções primordiais para a consolidação da democracia: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Nesse contexto, a Câmara dos Deputados, autêntica representante do povo brasileiro, exerce atividades que viabilizam a realização dos anseios da população, mediante discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais, como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras, sem descuidar do correto emprego, pelos poderes da União, dos recursos arrecadados da população com o pagamento de tributos.

Assim, a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes de todos os estados e do Distrito Federal, o que resulta em um Parlamento com diversidade de ideias, revelando-se uma Casa legislativa plural, a serviço da sociedade brasileira.

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/conheca>>. Acesso em: 20 maio 2009.

#### **Como nascem as leis**

A elaboração de leis é fruto de um conjunto de procedimentos previamente estabelecidos de que se servem os parlamentares em sua função de legislar e fiscalizar. Esse trâmite de ações é denominado processo legislativo. [...]

O processo legislativo tem início por meio da apresentação das seguintes proposições: projeto de lei, projeto de resolução, projeto de decreto legislativo, medida provisória e proposta de emenda à Constituição.

A iniciativa das leis pode ser dos parlamentares, do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Procurador-Geral da República e de grupos organizados da sociedade. [...]

Após a votação do Congresso Nacional, há ainda a deliberação executiva. Isto é, o Presidente da República pode sancionar (aprovar) ou vetar (recusar) a proposição. No primeiro caso, o projeto torna-se lei. Em caso de veto, as razões que o fundamentam são encaminhadas ao Congresso Nacional, que mantém ou rejeita o veto.

Se o projeto for sancionado, o Presidente da República tem o prazo de 48 horas para ordenar a publicação da lei no Diário Oficial da União.

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/conheca/comonascemasleis.html>>. Acesso em: 20 maio 2009.

## Exercício – Seminário

Um seminário é uma atividade na qual os estudantes preparam um assunto que será apresentado aos colegas, de forma colaborativa. O seminário começa a ser elaborado com alguma pesquisa em casa, individual ou em grupo. Em um seminário, é interessante também o destaque de questões para problematizar as informações apresentadas, provocando a reflexão dos ouvintes.

O objetivo desse seminário é construir uma análise sobre os poderes no Brasil: Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo. Cada grupo receberá um dos textos apresentados sobre os poderes no Brasil para elaborar seu seminário.

Oriente os alunos a organizar uma breve apresentação sobre sua parte do texto, por meio da elaboração dos seguintes materiais:

- ▶ um cartaz com um resumo do texto;
- ▶ uma pequena explicação do texto, elaborada para os colegas de outros grupos;
- ▶ recortes de notícias a respeito da instituição analisada;
- ▶ uma análise crítica da instituição, considerando as suas funções e, principalmente, o que podemos fazer para melhorá-las (principalmente refletindo bastante antes de votar, por exemplo).

## Ler e escrever – A igualdade

### Do espírito de igualdade extrema

“Assim como o céu está afastado da terra, o verdadeiro espírito de igualdade o está do espírito de igualdade extrema. O primeiro não consiste em fazer de maneira que todos comandem ou ninguém seja governado; mas em obedecer e comandar seus iguais. Não procura ter senhores, mas apenas ter seus iguais por senhores.

No estado natural, os homens nascem numa verdadeira igualdade, mas não podem permanecer nela. A sociedade faz com que a percam e apenas retornem à igualdade pelas leis.

Tal a diferença entre a democracia regulamentada e a que não o é, que, na primeira, só se é igual enquanto cidadão, e que, na outra, se é igual enquanto magistrado, senador, juiz, pai, marido e senhor.

O lugar natural da virtude é junto à liberdade; mas ela não se encontra mais perto da liberdade extrema do que da servidão.”

MONTESQUIEU, Charles-Louis. *O espírito das leis*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1987.

Para Montesquieu, não há como manter a liberdade sem as leis e um governo. Alguém tem de se diferenciar pela autoridade, o que, segundo o pensador, era atributo dos magistrados, senadores, juizes, pais, maridos e senhores de escravos. Mas é a lei que deve regular esses poderes. Lei e liberdade são fundamentais para que as pessoas vivam bem. Também, ao contrário de Hobbes, que pensava o soberano acima de tudo, Montesquieu compreendia que ninguém pode estar acima da lei.

A partir do texto, você pode propor aos alunos que escrevam uma redação discutindo as relações entre lei e liberdade. Caso não haja tempo nesta aula, peça que a façam em casa. Solicite que a desenvolvam com base em exemplos cotidianos, como o aprisionamento de conhecidos ou a garantia de poder expressar as ideias. Além disso, você poderá animar as reflexões a respeito do texto de Montesquieu, problematizando temas como a ausência de leis e de governo, a atuação de

autoridades que ainda existem hoje, como juízes e senadores. Pergunte, também, sobre a autoridade dos pais e a autoridade do marido sobre a mulher.

Em seguida, a partir do texto, proponha à classe questões como:

- ▶ O que quer dizer a afirmação: “a igualdade depende das leis”?
- ▶ Como podemos explicar que a liberdade extrema está próxima da servidão?

### Propostas de Questões para Avaliação

1. Escreva sobre a relação entre lei e liberdade, segundo Montesquieu. Cite exemplos.

*O aluno deve desenvolver a redação relacionando os argumentos do texto de Montesquieu, O espírito de igualdade extrema, com os conhecimentos adquiridos na vida.*

2. Segundo Montesquieu, no governo republicano, as autoridades devem ser escolhidas pela:
  - a) ( ) honra, afinal, devem proceder de famílias ricas e tradicionais, pois essas famílias têm mais honra do que as outras;
  - b) (X) virtude, afinal, se a pessoa não é justa, não conseguirá ser uma boa autoridade; ao contrário, usará do que é de todos somente para si mesma;
  - c) ( ) aparência, afinal, trata-se de eleições, por isso candidatos a cargos públicos devem ter boa aparência e fazer propaganda política cara;
  - d) ( ) inteligência, afinal, é fundamental que as autoridades sejam inteligentes; só assim, elas poderão resolver os

problemas das pessoas. Mas, se elas não forem virtuosas, com o uso de sua astúcia, poderão aproveitar para si o que é de todos, sem que ninguém saiba;

- e) ( ) capacidade de manter a ordem, afinal, o importante é que todos sejam reprimidos. Ninguém deve viver em uma situação de liberdade que não seja aprovada pelas autoridades.
3. Uma das definições de corrupção é o uso dos bens públicos em benefício particular. Segundo as características dos Três Poderes, assinale os tipos de corrupção a partir da seguinte legenda: CJ – corrupção no Poder Judiciário; CL – corrupção no Poder Legislativo; CE – corrupção no Poder Executivo; ou V para sinais de virtude.
    - a) (CE) O prefeito notificou a um amigo empresário o valor de que dispunha a prefeitura para pagar por uma obra, passando-lhe dados sobre os orçamentos dos demais participantes da licitação. Graças a essa informação, o empresário ganhou a concorrência pública e ofereceu um presente ao prefeito.
    - b) (V) O deputado denunciou a exploração de adolescentes na realização de trabalhos precários em um programa de estágio de uma determinada organização. Com isso, os adolescentes não perderam o estágio e a organização foi obrigada a contratar trabalhadores com todos os direitos legais.
    - c) (CJ) Um juiz retirou do fórum o valor de 1 real por morador da cidade, para construir uma casa para seu uso particular e leitura de processos.
    - d) (CL) Dois vereadores propuseram à Câmara Municipal um projeto de lei municipal para isentar de taxas e impostos

municipais uma área da cidade em que suas famílias têm propriedades.

- e) **(V)** O prefeito utilizou o dinheiro da propaganda da prefeitura para construir casas para moradores que habitavam imóveis em condições precárias.
4. Com base neste texto de Montesquieu, “No estado natural, os homens nascem numa verdadeira igualdade, mas não podem permanecer nela. A sociedade faz com que a percam e apenas retornam à igualdade pelas leis”, assinale as alternativas que são correspondentes às ideias nele contidas.
- a) **(X)** Os homens nascem iguais, mas a sociedade faz com que surjam as diferenças.
- b) **(X)** Só as leis podem fazer os homens se tornarem iguais.
- c) **( )** As leis aprisionam os homens; é preciso fazer menos leis para que sejamos mais naturais.
- d) **( )** Não há diferença entre Estado político e Estado natural.
- e) **( )** De nada servem as leis para a liberdade.

### Proposta de Situação de Recuperação

Os alunos que não conseguiram alcançar os objetivos desta Situação de Aprendizagem devem ser direcionados para a recuperação,

pela releitura dos textos propostos, por uma breve explicação do conteúdo e pela apresentação de um resumo geral sobre a relação entre os Três Poderes e a necessidade das leis. Para sustentar a atividade, peça aos alunos que façam seu resumo dos três textos usados para o trabalho em grupo. Caso prefira, você pode refazer com eles os exercícios da Situação de Aprendizagem.

### Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para a compreensão do tema

Além dos *sites* e livros já indicados no decorrer desta Situação de Aprendizagem, sugerimos:

#### Livros

MONTESQUIEU, Charles Louis. *O espírito das leis*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel. 1987.

#### Sites

*Jus Navegandis*. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 maio 2009. *Site* jurídico que, em seu aparelho de busca, apresenta vários artigos a respeito da tripartição dos poderes. Vale uma consulta, principalmente para se inteirar do vocabulário jurídico.

*Plenarinho*. Disponível em: <<http://www.plenarinho.gov.br/>>. Acesso em: 20 maio 2009. *Site* da Câmara dos Deputados para crianças. Em linguagem simples, apresenta ótimas introduções a problemas filosóficos-políticos.



## SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 3

### DOIS MODELOS DE ESTADO: LIBERAL E ANARQUISTA

O objetivo desta Situação de Aprendizagem consiste em apresentar a teoria liberal de Estado. Em seguida, será tratado do tema da servidão voluntária de La Boétie, no qual serão introduzidas questões referentes

à desigualdade social e à autoridade. Na sequência, o conteúdo refere-se ao anarquismo, quando se fará uma leitura de texto de Bakunin a respeito da escolha da autoridade segundo seus pressupostos.

**Tempo previsto:** 4 aulas.

**Conteúdos e temas:** Locke; teoria liberal; servidão voluntária; anarquismo; Bakunin; Proudhon.

**Competências e habilidades:** almeja-se levar os educandos a refletir sobre a relação entre Estado e sociedade.

**Estratégias:** aulas expositivas e exercícios de reflexão; escrita e leitura.

**Recursos:** texto para leitura.

**Avaliação:** como toda a tarefa é realizada em sala de aula, a observação e as anotações a respeito da participação oral são fundamentais. A correção dos exercícios e a organização do Caderno do Aluno são essenciais para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Ao final, no item Avaliação, há mais detalhes a respeito.

### Sondagem e sensibilização

#### Dialogar – A propriedade e o Estado

Para esta aula, será importante ter em mãos uma biografia sucinta de John Locke, para apresentar oralmente aos alunos e contextualizar o autor como um dos pensadores que contribuem para a caracterização do Estado moderno.

Muitos filósofos trataram do tema *Estado*, como fruto de um pacto ou contrato a partir da união dos indivíduos. Em geral, esses filósofos se basearam no direito natural, ou seja, no jusnaturalismo. Hobbes, Rousseau e Locke

discordaram do significado exato desses direitos, mas, de qualquer forma, muitas de suas teorias filosóficas foram bem-aceitas por uma classe tipicamente moderna, que é a burguesia. Em síntese, esse ideário ajudou a burguesia a se libertar da mediação política da tradição medieval e da Igreja Católica.

De modo especial, John Locke, ao se referir aos direitos naturais, pensava que todos nascem com direito:

- ▶ à vida;
- ▶ à liberdade;
- ▶ à propriedade.

Por isso, é função do Estado fazer com que a vida, a liberdade e a propriedade de cada um sejam respeitadas. Dessa maneira, a burguesia, que estava em plena ascensão entre os séculos XVII e XVIII, encontrou nessa teoria uma das bases para a legitimação de seu poder.

Com a teoria do indivíduo proprietário e livre para lucrar com o comércio e a indústria, constituiu-se o fundamento do liberalismo. No liberalismo, o Estado é responsável pela guarda das propriedades particulares contra os pobres, já que esses teriam perdido sua propriedade por usarem mal a própria liberdade. Assim, a pobreza é tida como responsabilidade do pobre, que deve usar a sua liberdade para o trabalho como fonte de novas propriedades.

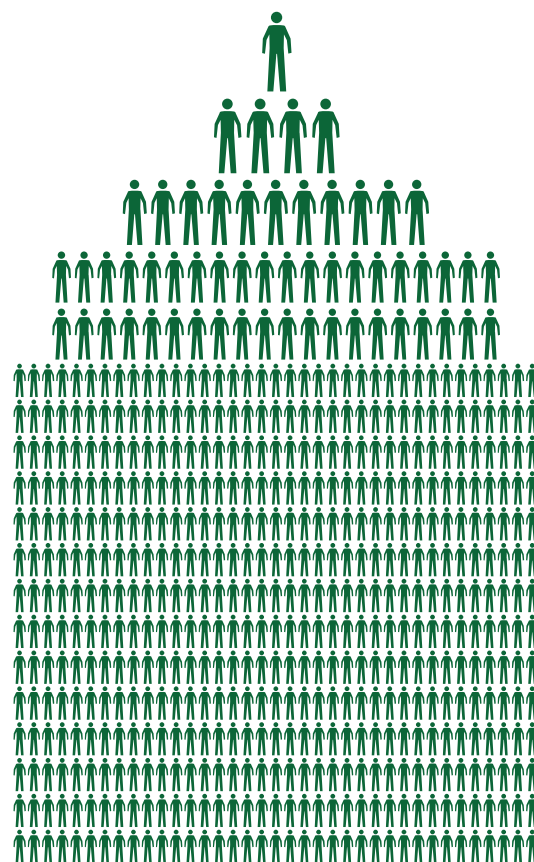
### Debate

As perguntas a seguir podem ser respondidas livremente pelos alunos. A análise das respostas dos estudantes é de fundamental importância, uma vez que essas questões estão presentes em vários momentos desta Situação de Aprendizagem.

- ▶ Quais são os direitos que os seres humanos têm pelo simples fato de nascerem?
- ▶ Se todos os seres humanos nascem iguais, por que há tanta desigualdade entre eles?

### Dialogar – Desejo ser escravo

Existem profundas diferenças entre os homens. Mas, em vez de causas naturais, essas diferenças têm causas sociais. Alguns se alimentam bem todos os dias, têm muito dinheiro, trabalham poucas horas e dispõem de tempo e condições para desfrutar das mais variadas formas de lazer. Enquanto isso, outros vivem situações absolutamente inversas.



La Boétie procurou explicar o motivo pelo qual as pessoas obedecem o tirano. Suas observações e reflexões o levaram a afirmar que a sujeição de muitos por um tirano está relacionada muito mais com desejo do que com medo. Essa é a fonte do poder tirano: o desejo de poder de quem ele subjuga. Isso porque os menos favorecidos que se sujeitam ao tirano desejam também o poder porque este é o meio de ter posses. Para garantir a posse dos bens, deseja-se a tirania e, para tê-la, acaba-se por obedecer ao tirano. Dessa maneira, as pessoas perdem sua liberdade no momento em que obedecem às outras, em busca da tirania para alcançar seus bens. Para La Boétie, essas pessoas se tornam escravas por livre vontade, vivendo uma verdadeira **servidão voluntária**.

Apresente aos alunos os dados do IBGE para o ano de 1999 sobre a renda dos brasileiros:

Famílias por classes de rendimento médio mensal familiar* - 1999						
Brasil e grandes regiões	Até 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem** Rendimento
Brasil	27,6	32,2	18,6	9,9	5,9	3,5

\* Em classes de salário mínimo. Valor do salário mínimo em setembro de 1999: R\$ 136,00.

\*\* Excluído os sem declaração de renda.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm>>. Acesso em: 22 maio 2009.

Com base nesses dados, hipoteticamente, pode-se pensar que, segundo os números de 1999, mais da metade das famílias (60,3%) não tinha uma renda acima de 680 reais e apenas 5,9 % recebiam por mês mais de R\$ 2.720,00. Após a observação dos dados do IBGE, peça aos alunos que examinem o quadro a seguir para uma reflexão sobre as diferenças sociais no Brasil.

Se o Brasil tivesse apenas 100 famílias	Receberiam*
6 famílias	Mais de R\$ 2.720,00
10 famílias	Mais de R\$ 1.360,00 até de R\$ 2.720,00
20 famílias	Mais de R\$ 680,00 até R\$ 1.360,00
61 famílias	Até R\$ 680,00

\* 3 famílias não têm nenhum rendimento.

Caso a renda mensal fosse dividida igualmente, todas as famílias receberiam 511 reais. Nesta hipótese, por que a maioria dessas famílias se permite receber apenas 136 reais? Segundo La Boétie, elas entregam a sua liberdade e se tornam escravas por um salário bem baixo para um dia poderem conseguir bens. É o desejo de bens e de riqueza que torna esses indivíduos servos voluntários, e não simplesmente a luta pela sobrevivência.

Por isso, se o poder de quem está no topo da pirâmide social é alimentado pelo desejo de bens das pessoas que estão abaixo, contra isso só há uma maneira para alcançar de novo a liberdade: não desejar mais bens desnecessários. Dessa forma, não há mais a busca e/ou aceitação da tirania de outras pessoas.

### Exercício

Considerando a seguinte afirmação, responda às questões.

Caso a renda mensal fosse dividida igualmente, todas as famílias receberiam 511 reais.

- Nessa hipótese, por que a maioria das famílias se permite receber apenas 136 reais?

- ▶ Dê exemplos do dia a dia relativos às atitudes que as pessoas praticam para poderem mandar nas outras.
- ▶ Dê exemplos de sacrifícios que as pessoas fazem para terem bens materiais, muitas vezes supérfluos.

### **Dialogar – O anarquismo**

Para esta aula, é importante ter em mãos pequenas biografias de Miguel Bakunin e Pierre Joseph Proudhon, facilmente encontradas em materiais de apoio didático ou em *sites* na internet.

Como você sabe, no senso comum, o anarquismo é algo sem organização, em que qualquer um pode fazer o que bem entende. A teoria anarquista não defende que cada um possa fazer o que bem entende, mas sim que a organização política deva ser de modo tal que cada indivíduo possa participar do poder sem a instalação de um Estado que governe a todos.

Convide seus alunos a discutir rapidamente o que eles entendem por anarquismo. Dialogue a respeito de suas ideias e preconceitos, orientando nessa direção as aulas seguintes.

Os anarquistas têm como centro da ação política o indivíduo livre, autônomo, ou seja, capaz de se autogovernar e de participar de sociedade na qual a descentralização do poder é um princípio fundamental. A autonomia no anarquismo exige que o indivíduo livre exerça a sua própria autoridade, sendo essa a única possível. Ou seja, no anarquismo, espera-se que as pessoas não precisem de governo para poder viver, pois se acredita que os seres humanos tenham a capacidade de viver em paz e em liberdade.

Por isso, os anarquistas combateram o Estado. Para eles, o Estado não garante a liberdade; pelo contrário, provoca a escravidão, pois controla a vida de todos, desde o nascimento até a morte. Por exemplo, quando nascemos, temos de ser registrados e, depois, temos de tirar vários documentos. No caso dos homens, aos 18 anos, é obrigatória a apresentação para o serviço militar. Finalmente, precisamos de autorização até mesmo para o sepultamento, quando ganhamos mais um documento – o atestado de óbito –, para provar que estamos mortos.

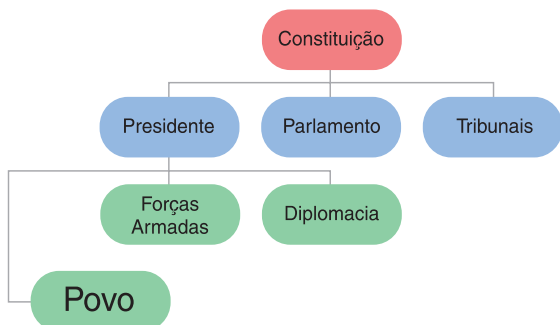
Para os anarquistas, o Estado destrói a vida das pessoas, quer pela burocracia, quer pelo uso da força, como é o caso da polícia. Quanto à democracia burguesa, merece ser criticada e superada por favorecer a desigualdade social e não permitir a construção de uma sociedade de liberdade para todos.

### **Liberdade e responsabilidade**

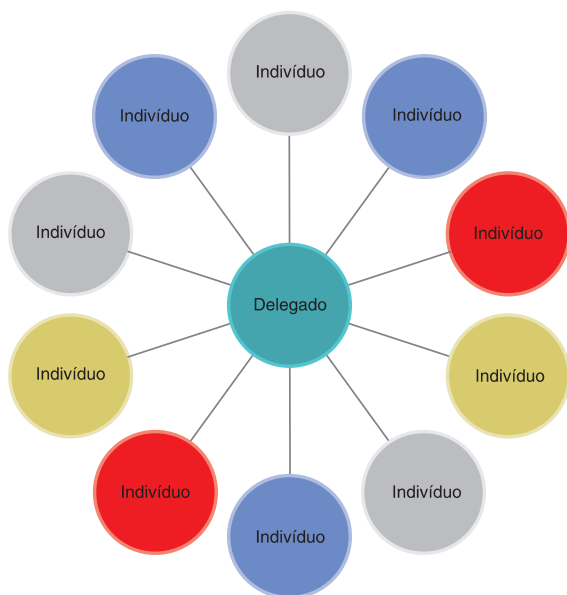
Poderíamos resumir a ação direta do anarquismo nessas duas palavras: liberdade e responsabilidade, uma vez que seu ideário propõe a eliminação de toda forma de hierarquia entre os homens. Em vez de existirem o Estado e as fronteiras, os seres humanos viveriam em comunidades autogovernadas que decidiriam quem seria responsável por resolver os problemas (o que não significa atribuir-lhes autoridade).

Para facilitar o encaminhamento da Situação de Aprendizagem, os esquemas a seguir permitem visualizar, mais claramente, a concepção de política anarquista em comparação à concepção liberal de Estado.

### Sistema liberal de Estado



### Sistema anarquista de delegação



### Atividade em grupos

Orientado por vocês, os alunos participarão de uma atividade com o objetivo de compreender e discutir formas participativas de resolução de problemas sociais. Você apresentará um problema social, como, por exemplo: assistência ao idoso ou saúde pública.

Solicitará organização em grupo para debate e proposição de solução. Além disso, cada grupo indicará um representante para compor outro grupo, formado por todos os representantes, para selecionar a proposta

que considerar mais adequada para a efetiva solução do problema social debatido. As etapas desta atividade são:

- 1ª Etapa: Organização dos grupos.
- 2ª Etapa: Discussão e elaboração de proposta para a solução do problema em questão.
- 3ª Etapa: Indicação de um representante para defender a proposta junto aos representantes dos outros grupos.
- 4ª Etapa: O grupo formado pelos representantes analisará todas as propostas elaboradas e selecionará uma que considerar a melhor para resolver efetivamente o problema social analisado. O debate do grupo de representantes será assistido por todos os alunos. Terá, pois, um caráter público.
- 5ª Etapa: Após a atividade os alunos devem responder as questões a seguir.

1. Quais as dificuldades desse modelo de participação que foi vivenciado por você e seus colegas?
2. Esse modelo de representação é suficiente para garantir que os projetos de cada grupo possa ser defendido e viabilizado?
3. Como esse modelo poderia ser aperfeiçoado?

As respostas podem ser analisadas por você e comentadas na aula seguinte.

### Ler – Bakunin

Para trabalhar com o pensamento de Bakunin será importante apresentar à classe alguns dados sobre a vida e obra do autor.

O texto a seguir está presente no Caderno do Aluno. Oriente a leitura, ajudando com o vocabulário e a compreensão dos argumentos. Ao final, peça aos alunos que resumam as ideias do autor com suas palavras e exemplos.

## Autoridade

“Decorre daí que rejeito toda autoridade? Longe de mim este pensamento. Quando se trata de botas, apelo para a autoridade dos sapateiros; se se trata de uma casa, de um canal ou de uma ferrovia, consulto a do arquiteto ou a do engenheiro. Por tal ciência especial, dirijo-me a este ou àquele cientista. Mas não deixo que me imponham nem o sapateiro, nem o arquiteto, nem o cientista. Eu os aceito livremente e com todo o respeito que me merecem sua inteligência, seu caráter, seu saber, reservando, todavia, meu direito incontestável de crítica e de controle. Não me contento em consultar uma única autoridade especialista, consulto várias; comparo suas opiniões, e escolho aquela que me parece a mais justa. Mas não reconheço nenhuma autoridade infalível, mesmo nas questões especiais; conseqüentemente, qualquer que seja o respeito que eu possa ter pela humanidade e pela sinceridade deste ou daquele indivíduo, não tenho fé absoluta em ninguém. Tal fé seria fatal à minha razão, à minha liberdade e ao próprio sucesso de minhas ações; ela me transformaria imediatamente num escravo estúpido, num instrumento da vontade e dos interesses de outrem. [...]

Inclino-me diante da autoridade dos homens especiais porque ela me é imposta por minha própria razão. Tenho consciência de só poder abraçar, em todos os seus detalhes e seus desenvolvimentos positivos, uma parte muito pequena da ciência humana. A maior inteligência não bastaria para abraçar tudo. Daí resulta, tanto para a ciência quanto para a indústria, a necessidade da divisão e da associação do trabalho. Recebo e dou, tal é a vida humana. Cada um é dirigente e cada um é dirigido por sua vez. Assim, não há nenhuma autoridade fixa e constante, mas uma troca contínua de autoridade e de subordinação mútuas, passageiras e sobretudo voluntárias.

Esta mesma razão me proíbe, pois, de reconhecer uma autoridade fixa, constante e universal, porque não há homem universal, homem que seja capaz de aplicar sua inteligência, nesta riqueza de detalhes sem a qual a aplicação da ciência a vida não é absolutamente possível, a todas as ciências, a todos os ramos da atividade social. E, se uma tal universalidade pudesse ser realizada em um único homem, e se ele quisesse se aproveitar disso para nos impor sua autoridade, seria preciso expulsar esse homem da sociedade, visto que sua autoridade reduziria inevitavelmente todos os outros à escravidão e à imbecilidade. Não penso que a sociedade deva maltratar os gênios como ela o fez até o presente momento; mas também não acho que os deva adular demais, nem lhes conceder quaisquer privilégios ou direitos exclusivos; e isto por três razões: inicialmente porque aconteceria com frequência de ela tomar um charlatão por um gênio; em seguida porque, graças a este sistema de privilégios, ela poderia transformar um verdadeiro gênio num charlatão, desmoralizá-lo, animalizá-lo; e, enfim, porque ela daria a si um senhor.”

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. Tradução Plínio Augusto Coelho. p. 25-26. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2250](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2250)>. Acesso em: 20 maio 2009.

## Avaliação da Situação de Aprendizagem

Esta Situação de Aprendizagem pode ser avaliada observando o trabalho em grupo, a presença dos textos e os exercícios nos CADERNOS, sem esquecer da participação em sala de aula, principalmente nos debates.

## Propostas de Questões para Avaliação

1. Segundo Locke, os pobres são pobres porque:
  - a) ( ) preferem uma vida simples; afinal, a pobreza é uma virtude cristã e os pobres são todos privilegiados pelo sofrimento;

- b)  não querem ser escravos de ninguém; por isso não trabalham, não lucram e não conseguem comprar muita coisa;
- c)  não foram capazes de administrar bem as suas propriedades e suas capacidades. Assim, não usam sua liberdade para sair dessa situação e terem uma vida melhor;
- d)  são explorados pelo sistema capitalista desde o nascimento. Assim, sua exploração mantém a ordem vertical da lucratividade, isto é, os ricos, que são minoria, vivem à custa do trabalho da maioria, sem dividir os seus ganhos. A destruição da vida dos trabalhadores confere o conforto aos proprietários dos meios de produção;
- e)  votam mal; se o fizessem corretamente e assumissem suas responsabilidades como indivíduos livres, não teriam governos corruptos que se apossariam de todos os benefícios do Estado.
2. Qual das proposições a seguir poderia resumir o ideal de cidadania anarquista?
- a)  Amor ao próximo, porque, em um regime anarquista, somente os ensinamentos cristãos são capazes de assegurar a justiça.
- b)  Liberdade e responsabilidade, porque, afinal, todo indivíduo deve assumir seu papel na sociedade, não podendo alienar sua responsabilidade e não dependendo de uma autoridade que acabaria por lhe tomar a liberdade.
- c)  Defesa da propriedade, porque, se os cidadãos não têm os seus bens protegidos, haverá uma guerra de todos contra todos, tornando impossível a paz.
- d)  Liberdade e desobediência. Um verdadeiro anarquista faz o que quer, seguindo apenas o rumo dos seus desejos. Seu compromisso com as outras pessoas se resume apenas em não se preocupar com a vida alheia.
- e)  Estado e nação, porque sem o Estado não há como ser mediada a partilha dos bens de produção. Sem a nação, não é possível proteger as identidades e a comunhão de um povo diante dos inimigos estrangeiros.
3. Assinale uma ou mais dentre as alternativas que respondem à questão: se no anarquismo não há governo estatal, como as comunidades resolveriam seus problemas?
- a)  Elegendo indivíduos capazes de resolver determinado problema, conseguindo, assim, atingir seu objetivo. Depois disso, essa relação de autoridade seria encerrada.
- b)  Criando federações, a partir de pequenas comunidades autogovernadas. Cada comunidade seria capaz de ouvir todos, legitimando a sua ação.
- c)  Elegendo um presidente pelo voto direto, o qual poderia usar seu poder para determinar o que seria melhor para o povo.
- d)  Aceitando um soberano e colocando-o acima de qualquer lei. Somente um regime em que alguém estivesse sobre todos poderia resultar em verdadeiro benefício para todos.

### Proposta de Situação de Recuperação

Sugerimos a releitura dos textos propostos, uma breve explicação do conteúdo e apresentação de um resumo geral sobre os conceitos estudados.

Como atividade, os alunos poderão refazer os exercícios da Situação de Aprendizagem, relendo os textos filosóficos e registrando ideias centrais para sua análise.

### Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para a compreensão do tema

#### Livros

Além dos *sites* e livros já indicados no decorrer desta Situação de Aprendizagem, indicamos:

COSTA, Caio Túlio. *O que é o anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Livro que apresenta uma introdução geral ao conceito e à história do anarquismo.

FERRARI, Armando. *Etienne de La Boétie no quadro político do século XVI*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979. Livro que trata

do quadro histórico e teórico do conceito de servidão voluntária.

LA BOÉTIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1982. Texto filosófico essencial para as aulas.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Texto filosófico essencial para as aulas.

#### Site

PEREIRA, Ascísio dos Reis. *O projeto político-pedagógico de J. Locke para a modernidade: atualizações necessárias e releituras possíveis*. Tese de doutorado da Unicamp, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000381797>>. Acesso em: 17 jun. 2009. Texto importante para esclarecer ideias centrais de Locke.

## SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 4 CAPITALISMO SEGUNDO MARX

Nesta Situação de Aprendizagem serão estudadas algumas características do modo de produção capitalista, segundo a contribuição de Karl Marx e Engels. Para tanto, serão percorridos os seguintes passos: inicialmente, será apresentada a noção de trabalho e de modo de produção, destacando-se características específicas do modo de produção capitalista. Serão enfatizados os seguintes

aspectos: as classes fundamentais do capitalismo (burguesia e proletariado); o conceito de capital; a força de trabalho como mercadoria peculiar; a mais-valia; a ideologia e o Estado. Evidentemente, todos esses temas merecem maior aprofundamento, o que pode ser proporcionado pelo professor mediante a solicitação aos alunos de estudos complementares.

**Tempo previsto:** 4 aulas.

**Conteúdos e temas:** trabalho e modos de produção; o modo de produção capitalista – burguesia e proletariado; a força de trabalho como mercadoria especial – a mais-valia; a ideologia e o Estado.



**Competências e habilidades:** relacionar informações, representadas de diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em diferentes situações, para construir argumentação consistente (Enem); compreender mais ampla e profundamente a lógica de funcionamento da sociedade capitalista, refletindo criticamente sobre esse modo de produção à luz de algumas categorias segundo Marx; apropriar-se crítica e rigorosamente do conteúdo estudado, fazendo dele instrumento para a reflexão sobre a própria realidade.

**Estratégias:** levantamento das opiniões dos alunos (senso comum) sobre aspectos do capitalismo; discussão em grupos das questões levantadas nas aulas; leitura sistemática e problematizadora de textos e elaboração escrita do próprio pensamento; pesquisa bibliográfica complementar.

**Recursos:** discussão em sala de aula; bibliografia complementar.

**Avaliação:** recomenda-se que sejam avaliados: o domínio do conteúdo (conceitos, ideias, raciocínios etc.) estudado; a capacidade de expressão clara, fluente, coerente, coesa, bem articulada e consistente (bem fundamentada, buscando superar o senso comum); o efetivo envolvimento nas atividades propostas. Como instrumentos de avaliação, recomendam-se: dissertações individuais; provas dissertativas e reflexivas; verificação das atividades do Caderno do Aluno; participação em sala; outros recursos que o professor julgar pertinentes.

## Sondagem e sensibilização

Como o ponto de partida desta Situação de Aprendizagem é a noção de trabalho, propõe-se, como motivação inicial, que os alunos discutam em grupos a seguinte questão: *Como o homem se distingue dos animais?* Nessa discussão eles devem apontar algumas características que consideram exclusivas do ser humano. É possível que apareçam respostas como: a racionalidade, a fala, a consciência, o riso, a fé ou a religião, entre outras. O objetivo é deixá-los externar as opiniões que possuem a esse respeito (senso comum) e prepará-los para a leitura que virá

a seguir e que apresentará o trabalho como característica distintiva do ser humano. Entendido como processo pelo qual, mediante a utilização de determinados instrumentos, o homem transforma a natureza, adaptando-a às suas necessidades, o trabalho é uma característica exclusivamente humana. As diferentes formas como esse processo de transformação da natureza pelo homem aconteceu ao longo da história deram origem aos diversos modos de produção.

A leitura mencionada refere-se ao texto reproduzido a seguir, também disponível no Caderno do Aluno.

## Trabalho e modos de produção

De acordo com Marx e Engels, podem-se distinguir os homens dos animais de diferentes maneiras: por exemplo, pelo fato de terem consciência, religião ou qualquer outra característica que se queira mencionar (a linguagem, a racionalidade etc.). No entanto, eles próprios começam a se distinguir a partir do momento em que passam a produzir os meios necessários à conservação de sua vida<sup>1</sup>.

“Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios

de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”<sup>2</sup>.

De fato, diferentemente dos outros animais, que necessitam se adaptar à natureza para sobreviver, o ser humano é capaz de transformá-la e adaptá-la às suas necessidades (de alimentação, de proteção contra predadores e intempéries da natureza, de reprodução da espécie etc.), produzindo, assim, ele próprio, as condições necessárias à sua existência. Para tanto, o homem é capaz de produzir ferramentas e técnicas que ele vai aperfeiçoando ao longo do tempo e que facilitam e tornam mais produtivo o seu trabalho de transformação da natureza e satisfação de suas necessidades. É nesse sentido que, como lembra Marx, Benjamin Franklin definiu o homem como “*a toolmaking animal*”, isto é, “um animal que faz instrumentos de trabalho”<sup>3</sup>.

As formas como os homens produzem coletivamente os bens necessários à sua sobrevivência variaram ao longo da história da humanidade, dando origem aos diferentes **modos de produção**, tais como: o modo de produção primitivo, o escravista, o asiático, o feudal, o capitalista, o socialista.

Em geral, os modos de produção se constituem de dois elementos fundamentais: as **forças produtivas** e as **relações de produção**.

Por **forças produtivas** entende-se o conjunto dos agentes que impulsionam o processo produtivo. Incluem:

- ▶ **os meios de produção:** instrumentos, ferramentas, utensílios, terra, edifícios, instalações, máquinas, matéria-prima etc.;
- ▶ **a força de trabalho:** a energia muscular e cerebral com a qual os trabalhadores, valendo-se dos meios de produção, possibilitam que o processo produtivo aconteça.

Quanto mais desenvolvidas as forças produtivas, maior a produtividade do trabalho.

As **relações de produção** são as relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza no processo produtivo. De um modo geral, elas são determinadas **pela forma de propriedade** dos meios de produção. Por exemplo, no modo de produção primitivo a propriedade dos meios de produção era coletiva, o que permitia que todos participassem da produção e do consumo dos bens necessários à comunidade. Nesse tipo de sociedade predominavam relações sociais mais igualitárias, de cooperação e ajuda mútua. Por outro lado, em um modo de produção em que os meios de produção são de **propriedade privada** ou **particular** e no qual os seus proprietários se apropriam do produto do trabalho dos não proprietários, as relações sociais predominantes são de conflito e antagonismo. Tem-se, nesse caso, uma **sociedade de classes**: a dos **proprietários** e a dos **não proprietários** dos meios de produção. Pode-se dizer, portanto, que a origem da sociedade de classes, ou da desigualdade social, está na **propriedade privada dos meios de produção**.

A seguir vamos examinar um pouco mais de perto o modo de produção capitalista, à luz das análises que dele foram feitas por Karl Marx.

<sup>1</sup> MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. p. 4. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2233](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2233)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

<sup>2</sup> MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. p. 4. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2233](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2233)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

<sup>3</sup> MARX, Karl. *O capital*. Parte III, cap. 7: Processo de trabalho e processo de produção de mais-valia. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2433](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2433)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

Importa salientar dessa leitura os conceitos de trabalho; a noção do homem como “*a toolmaking animal*”, isto é, “um animal que faz instrumentos de trabalho”; a definição de modo de produção, incluindo seus elementos constitutivos, a saber: as forças produtivas, que se constituem de meios de produção e força de trabalho, e as relações de produção.

Finalizando esta primeira aula, são propostas algumas questões para serem respondidas em grupo, com o objetivo é reforçar a aprendizagem dos conceitos trabalhados no texto. São elas:

1. O que significa a expressão de Benjamin Franklin: o homem é um “*toolmaking animal*”, isto é, “um animal que faz instrumentos de trabalho”?
2. Qual o entendimento do grupo sobre os conceitos “modo de produção”, “forças produtivas”, “meios de produção”, “força de trabalho” e “relações de produção”?

Você, professor, evidentemente, pode acrescentar outras questões e outras atividades que julgar adequadas.

Prosseguindo com a discussão, entra-se na análise do modo de produção capitalista. Um dos conceitos trabalhados será o de

capital. Assim, a título de motivação inicial dos alunos, propõe-se que considerem duas situações envolvendo dinheiro e que respondam se, em ambos os casos, esse dinheiro pode ser chamado de capital. As situações são as seguintes:

- a) João quer comprar um tênis novo. Para tanto, resolve juntar algum dinheiro. Ao atingir a soma necessária, dirige-se à loja de calçados e adquire o tênis desejado.
- b) O proprietário de uma fábrica de calçados lança mão de uma certa quantidade de dinheiro para comprar couro de um curtume para usá-lo em sua produção. Ao vender os calçados fabricados, espera ter lucro e acumular mais dinheiro.

É possível que os alunos não percebam a diferença entre as funções cumpridas pelo dinheiro nessas duas situações. No primeiro caso, o objetivo da compra é a aquisição de um produto que tem para o comprador valor de uso; no segundo, o objetivo é a obtenção de lucro. Como se tentará esclarecer no texto a seguir (disponível também no Caderno do Aluno), apenas nesse segundo caso trata-se de capital.

### O modo de produção capitalista e suas classes fundamentais

Vimos que os modos de produção se constituem por *forças produtivas e relações de produção*, sendo estas determinadas pela forma de propriedade dos meios de produção.

No caso do modo de produção capitalista, ele se caracteriza pela **propriedade privada dos meios de produção**, da qual decorre a existência de duas classes sociais fundamentais: a **burguesia** ou **classe capitalista** (proprietária), numericamente minoritária, e o **proletariado** ou **classe trabalhadora**, isto é, a classe dos que, desprovidos dos meios de produção, são obrigados, para garantir sua sobrevivência, a vender sua **força de trabalho** à burguesia em troca de um salário. Poder-se-ia falar, ainda, em uma *classe intermediária*, formada por indivíduos que nem possuem meios de produção, nem trabalham para aqueles que os possuem. Seriam os profissionais liberais de todo tipo (médicos, engenheiros, advogados, etc.) e os que atuam no setor de serviços. Contudo, o que determina o caráter do modo de produção capitalista são as duas classes fundamentais – burguesia e proletariado – mais diretamente envolvidas no processo produtivo.

Uma vez que detém o poder econômico e, conseqüentemente, o poder político, a burguesia se constituiu como **classe dominante**, ao passo que o proletariado se configura como **classe dominada**.

O principal objetivo do capitalista como classe social é obter **lucro**, isto é, uma soma de dinheiro superior à que ele investiu na produção de mercadorias. Isso acontece da seguinte maneira:

Inicialmente, o capitalista emprega certa quantidade de dinheiro (D) para comprar as mercadorias (M) de que precisa para produzir, tais como máquinas, ferramentas, instalações, prédios, energia elétrica, combustível, água, matéria-prima, entre outras. Em suma, ele adquire os **meios de produção**. Além disso, precisa comprar também a **força de trabalho** que vai interagir com as máquinas e com os equipamentos e impulsionar a produção. (Como veremos adiante, no capitalismo, a força de trabalho, isto é, o trabalhador, também se converte em mercadoria, e numa mercadoria muito especial.) Ao final do processo, as mercadorias produzidas deverão ser vendidas por um valor superior ao que o capitalista investiu (D'), proporcionando a ele o lucro desejado. A fórmula que expressa esse movimento é:  $D \rightarrow M \rightarrow D'$ .

O dinheiro usado pelo capitalista para comprar as mercadorias (incluindo a força de trabalho) de que precisa para produzir outras mercadorias cuja venda lhe trará mais dinheiro do que tinha antes (lucro) é denominado **capital**. Portanto, ao contrário do que muitos pensam, não é qualquer dinheiro acumulado que pode ser chamado de capital. O dinheiro que alguém guarda na poupança para comprar um bem de que necessita, por exemplo, não é propriamente capital. Nas palavras de Marx:

“A primeira distinção que notamos entre dinheiro que é apenas dinheiro e dinheiro que é capital está na sua forma de circulação.

A forma mais simples de circulação de mercadorias é  $M - D - M$ , a transformação da mercadoria em dinheiro e a transformação do dinheiro novamente em mercadoria; ou vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma outra forma especificamente diferente:  $D - M - D$ , a transformação de dinheiro em mercadoria e a transformação de mercadorias novamente em dinheiro; ou, comprar para vender. Dinheiro que circula nesta última forma é, por conseguinte, transformado em capital, torna-se capital, e já é potencialmente capital.”<sup>1</sup>

<sup>1</sup> MARX, K. *Capital: A Critique of Political Economy*. Vol. 1. p. 164. Disponível em inglês em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action&co\\_obra=3498](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=3498)>. Acesso em: 16 jun. 2009. Traduzido pelos autores deste Caderno.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

É importante destacar nessa leitura a definição das duas classes fundamentais do capitalismo segundo Marx – burguesia e proletariado, o processo pelo qual se dá a obtenção do lucro e a definição de capital.

Como Lição de Casa são propostos aos alunos dois exercícios, além da reflexão sobre a situação hipotética de João, com o objetivo de reforçar a aprendizagem dos conceitos trabalhados. São eles:

### 1. Qual a diferença entre *dinheiro* e *capital*?

Na sequência do trabalho, será introduzido o tema da mais-valia. Trata-se de assunto complexo que, talvez, demande mais tempo de trabalho.

### 2. Como atividade para introduzir o conceito de mais-valia, ainda em casa, propõe-se que os alunos observem os objetos ao seu redor, tais como mesa,

cadeiras, cadernos, lápis, canetas, paredes, portas, janelas, lâmpadas etc. O desafio é calcular a quantidade de trabalho que há em cada objeto. O objetivo, na verdade, é apenas despertar nos alunos a noção de que em cada coisa existe “trabalho morto”, ou “trabalho pretérito”, e

a curiosidade por saber de que maneira seria possível determinar a quantidade e o valor desse trabalho.

Espera-se, dessa maneira, introduzir a discussão sobre a mais-valia, que será tratada no texto a seguir:

### A mais-valia

Vimos que nas relações sociais capitalistas, o trabalhador (proletariado) precisa vender sua força de trabalho que, desse modo, converte-se em mercadoria. Mas a *força de trabalho* tem uma peculiaridade que a torna especial comparativamente às demais mercadorias. Vejamos por quê.

O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade média de trabalho que ela contém, isto é, pela quantidade de trabalho *socialmente necessária* para sua produção. Essa quantidade é medida pelo *tempo de duração* desse trabalho, expresso em horas, dias etc.

Os meios de produção adquiridos pelo capitalista são mercadorias já produzidas pelo trabalho de outrem. Por isso, o trabalho que há nelas é denominado por Marx **trabalho pretérito** ou **trabalho morto** realizado pela máquina a um custo menor e com mesmo efeito no mercado. Essas mercadorias possuem um valor constante que, uma vez pago, não mais se altera significativamente. Por isso, o capital usado na sua compra denomina-se **capital constante**. Seu custo é repassado gradativamente para os produtos, permitindo que o capitalista recupere o investimento realizado. Essas mercadorias, portanto, não são capazes de criar mais valor do que aquele que possuíam originalmente.

A mercadoria força de trabalho também possui um valor específico, representado pelo **salário**. Esse valor, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Mas o que significa produzir a mercadoria trabalhador? Significa garantir as condições necessárias à sua existência, o que implica satisfazer suas necessidades fisiológicas (reprodução, alimentação, vestuário, habitação, saúde, transporte, segurança etc.) e culturais (educação, qualificação, lazer etc.).

Ocorre que a força de trabalho possui uma qualidade que a distingue de todas as outras mercadorias: sendo **trabalho vivo**, ao ser utilizada pelo capitalista, ela **cria valor**, ou seja, ela produz mais valor do que o necessário para sua produção e reprodução. Em outras palavras, ela gera para o capitalista um valor maior do que o do salário que ele lhe paga. Por isso o capital empregado na sua compra denomina-se **capital variável**. Como ocorre esse processo de criação de valor?

Digamos que para produzir o equivalente ao valor de seu salário um trabalhador precisasse trabalhar quatro horas diárias. No entanto, é obrigado a trabalhar oito horas. As quatro horas excedentes correspondem ao valor a mais por ele produzido e que não lhe retorna na forma de salário. Esse valor excedente produzido pelo trabalhador é o que se denomina **mais-valia**. Apropriada pelo capitalista, é ela que lhe permite cobrir os custos da produção e, ainda, auferir lucros e acumular capital para continuar investindo e enriquecendo.

Trata-se, no fundo, de uma troca bastante desigual: os trabalhadores recebem um valor  $x$  e entregam ao capitalista um valor  $y$  muitas vezes superior a  $x$ . Esse processo de extração da mais-valia constitui a essência do modo de produção capitalista, sua lógica interna de funcionamento. Não há capitalismo sem mais-valia. Graças a ela, por mais bem remunerado que seja um trabalhador, seu salário será sempre inferior ao valor total produzido ao longo de sua jornada de trabalho. Eis por que a sociedade capitalista é, por natureza, fundada na exploração do trabalho e geradora de desigualdade. Não foi à toa que Marx comparou o capital aos vampiros:

“Mas o capital tem um único impulso vital, a tendência para criar valor e mais-valor, para fazer sua parte constante, os meios de produção, absorver a maior quantidade de mais-trabalho possível.

O capital é trabalho morto que, como vampiro, vive apenas de sugar trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho suga”.<sup>1</sup>

Se a desigualdade é inerente à sociedade capitalista, a sua eliminação definitiva supõe, necessariamente, a abolição desse modo de produção e a construção de novos tipos de relações de produção.

<sup>1</sup> MARX. K. *Capital: A Critique of Political Economy*. Vol. 1. p. 257. Traduzido pelos autores deste Caderno. Disponível em inglês em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=3498](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=3498)>. Acesso em: 16 jun. 2009.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

Sugere-se que, em grupos, os alunos respondam às seguintes questões:

1. Em que sentido a força de trabalho é uma *mercadoria especial*?
2. Você concorda com a comparação feita por Marx entre o capital e os vampiros? Justifique.

Propõe-se, ainda, como atividade complementar, que os alunos façam em casa uma pequena pesquisa na qual deverão empregar o conceito de mais-valia. Com sua orientação, eles deverão escolher uma categoria profissional e calcular o tempo de trabalho necessário para a produção do salário dos trabalhadores dessa categoria, bem como o tempo de trabalho excedente que se converte em mais-valia. Para tanto, deverão considerar a jornada de 8 horas e o piso salarial da categoria. Você pode sugerir a categoria profissional. Por exemplo: condutores de ônibus. Levantando-se dados como: piso salarial dessa categoria, preço das passagens, preço do combustível, manutenção e substituição da frota, o número médio de passageiros transportados por dia, pode-se calcular de modo aproximado em quantos dias ou horas de trabalho o condutor produz o equivalente ao seu salário. As horas restantes representam a mais-valia, o valor excedente produzido e que não se converte em salário.

Encerrando esta Situação de Aprendizagem, entra-se muito brevemente no tema da ideologia e do Estado, a fim de ajudar a com-

preender os mecanismos pelos quais o capitalismo se reproduz e se perpetua.

Inicialmente, propõe-se, como atividade de motivação inicial, que os alunos analisem o significado de algumas frases e se posicionem sobre elas. As frases são as seguintes:

- a) Todo trabalho dignifica o homem.
- b) Todos os homens são iguais perante a lei.
- c) O salário do trabalhador corresponde à quantidade de horas por ele trabalhadas.
- d) O lucro das empresas se deve à inteligência, à competência e ao espírito empreendedor dos empresários.

O objetivo é introduzir a discussão sobre o conceito de ideologia. Aqui, porém, vale uma observação. Esse é um conceito polissêmico e bastante controverso, mesmo no campo do pensamento marxista. Não se pretende, neste Caderno, discuti-lo à exaustão, o que, de resto, seria impossível. Parte-se, portanto, de uma noção particular, enfatizando apenas alguns aspectos constitutivos da ideologia, tal como Marx e Engels empregaram esse conceito. Assim, a ideologia será entendida como processo de falseamento ou inversão da realidade mediante, principalmente, a produção de uma universalidade abstrata ou imaginária, pela qual os interesses e pontos de vista da classe dominante são apresentados como interesses

e pontos de vista de todos os membros da sociedade. As frases apresentadas têm, portanto, este objetivo: exemplificar situações em que ocorre essa universalização imaginária.

Para subsidiar um pouco mais essa discussão é proposto o texto a seguir, também disponível no Caderno do Aluno.

### A ideologia

Vimos que o modo de produção capitalista funda-se na exploração do trabalho da maioria pela minoria, mediante o processo de extração da mais-valia. Poder-se-ia, então, perguntar: como essa situação se sustenta? Por que as massas exploradas não se revoltam e não transformam essa realidade?

Em grande parte porque os interesses **particulares** da classe dominante (mais-valia, lucro, acumulação de capital) são apresentados como **universais**, isto é, como se fossem interesses de toda a sociedade. Como dizem Marx e Engels:

“Com efeito, cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos”<sup>1</sup>. Isso acontece porque a classe que domina a produção econômica em uma determinada sociedade domina também a produção das ideias que circulam nessa sociedade, de modo que as suas ideias se tornam as ideias dominantes. Como dizem Marx e Engels:

“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante.”<sup>2</sup> Esse processo pelo qual a classe dominante confere um caráter universal aos seus interesses e às suas ideias é o que se denomina de **ideologia**. Os meios de produção espiritual de que falam os autores são os diversos veículos pelos quais a classe dominante produz e difunde as ideias, os valores, as visões de mundo que lhe interessam: os meios de comunicação de massa (TV, rádio, jornais, revistas etc.), a escola, os livros, as religiões, entre outros.

Em suma, o papel da ideologia (na concepção aqui apresentada) é produzir uma visão distorcida da realidade, mostrando como universais os interesses particulares da classe dominante, a fim de legitimar e perpetuar as relações de produção capitalistas.

Algo semelhante ocorre com o Estado. Para Marx e Engels, a ideia de que ele é formado por um conjunto de instituições (governo, forças armadas, sistema jurídico, funcionalismo público etc.) que governam uma nação em prol do bem comum não passa de ilusão, de uma falsa universalidade. Na realidade, porém, o Estado “não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses”<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> MARX, Karl; Engels, F. *A ideologia alemã*. p. 30. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2233](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2233)>. Acesso em: 16 jun. 2009.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 59.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

Importa ressaltar nessa leitura a definição de ideologia e o papel do Estado como instituição comprometida com os interesses da classe

dominante. Esse último aspecto remete às Situações de Aprendizagem anteriores, nas quais foram abordadas outras concepções de Estado.

Seria, portanto, interessante proporcionar aos alunos a oportunidade de retomar essas concepções e compará-las com a concepção marxista. Se necessário, proponha também estudos complementares que permitam o aprofundamento do conhecimento sobre este tema.

Com atividades complementares e para reforçar a aprendizagem dos temas trabalhados, são propostas aos alunos as seguintes questões:

1. Você diria que as frases apresentadas na atividade anterior são ideológicas? Em que sentido? Justifique.
2. Cite outras frases e ideias que, a seu ver, podem ser ideológicas, justificando sua opinião.

### Propostas de Questões para Avaliação

As respostas às perguntas que se seguem devem ser registradas em folha avulsa para correção do professor.

1. Descreva o processo pelo qual se dá a obtenção de lucro no capitalismo.
2. De que forma a filosofia marxista colabora para a compreensão do capitalismo?

### Proposta de Situação de Recuperação

Como atividade de recuperação você pode aproveitar as atividades desenvolvidas ao longo desta Situação de Aprendizagem, possibilitando que os alunos as refaçam, a partir de uma nova orientação sua e, desse modo, assimilem os conteúdos que eventualmente não tenham compreendido.

### Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para a compreensão do tema

Para ampliar a compreensão do tema desenvolvido nesta Situação de Aprendizagem, assim como oferecer subsídios teóricos, conceituais e metodológicos para o trabalho docente, sugerem-se as seguintes obras:

### Livros

BARBOSA, Wilmar do Valle. O materialismo histórico. In: REZENDE, Antônio (org.) *Curso de Filosofia*: para professores e alunos dos cursos de Segundo Grau e Graduação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/SEAF, 1986. p. 145-163. Trata-se de texto didático que tem a vantagem de trazer inúmeros excertos de textos de Marx e Engels, possibilitando ao leitor o contato direto com as obras desses autores, ainda que em caráter inicial.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. *Economia política*: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008. Como o título sugere, o livro traz uma boa introdução aos conceitos da economia política, numa perspectiva crítica e por meio de exposições didáticas e de fácil compreensão. Traz, ainda, ao final de cada capítulo, sugestões bibliográficas e uma filmografia, material que pode ajudar bastante o trabalho do professor.

### Sites

MARX, Karl; Engels, F. *A ideologia alemã*. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2233](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2233)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MARX, Karl. *O capital*. Parte I, cap. 1: A Mercadoria. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=4360](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=4360)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MARX, Karl. *O capital*. Parte III, cap. 7: Processo de Trabalho e Processo de Produção de Mais-Valia. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=4360](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=4360)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

Essas obras, que podem ser encontradas no *site* Domínio Público, são importantes para o aprofundamento do estudo sobre o tema tratado nesta Situação de Aprendizagem e para o preparo das aulas que serão ministradas.